

INTERSUBJETIVIDADE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL INICIAL¹**INTERSUBJECTIVITY: THEORETICAL APPROACHES AND IMPLICATIONS FOR EARLY CHILD DEVELOPMENT**

*Susana Engelhard Nogueira
Maria Lucia Seidl de Moura*

Nogueira SE, Moura MLSd. Intersubjetividade: Perspectivas teóricas e implicações para o desenvolvimento infantil inicial. Rev Bras Crescimento Desenvol Hum 2007; 17(2): 128-138.

Resumo: O conceito de intersubjetividade tem sido abordado segundo diferentes interpretações no campo da Psicologia. Este artigo tem como objetivo apresentar fundamentos teóricos desse conceito, apontando sua utilização em estudos sobre o desenvolvimento infantil inicial nas últimas décadas. Busca-se ainda discutir e comparar diferentes perspectivas teóricas que abordam o papel da intersubjetividade e da interação social no desenvolvimento infantil. Entende-se que as perspectivas discutidas não esgotam plenamente o tema, mas contribuem para uma reflexão sobre como a intersubjetividade pode ser vista como aspecto indissociado de processos básicos que envolvem reciprocidade como a comunicação inicial, interação social e afetividade.

Palavras-chave: Intersubjetividade. Interação social. Desenvolvimento infantil inicial.

INTRODUÇÃO

As relações humanas envolvem, para serem estabelecidas, um esforço contínuo de comunicação. É através dela que se dá a possibilidade de compartilhar idéias e experiências com base em um plano interpessoal. Entender a comunicação como um processo de transferência de significados de um sujeito para outro exige pensá-la como mais do que mera transmissão de dados. Comunicação requer, tanto das pessoas que oferecem pistas ou informações acerca de seus estados internos (mentais e afetivos) quanto daquelas que as captam, o envolvimento de certas habilidades cognitivas a fim de que o intercâmbio de significado seja estabelecido.

Para Penteadó¹, o processo de comunicação humana pressupõe alguns pontos essenciais: o envolvimento conjunto de parceiros,

significados compartilhados, e natureza simbólica. Dentro deste contexto, tal processo está intimamente relacionado a possibilidades de trocas intersubjetivas, sendo importante pensar como se caracterizam os primórdios da intersubjetividade no desenvolvimento humano.

O conceito de intersubjetividade tem sido utilizado com base em diferentes interpretações. Isto porque, de acordo com Joppling², este conceito tem ocupado lugar em debates filosóficos acerca da dimensão social da consciência humana, além de envolver discussões sobre outros temas relacionados, como impulsos morais, religiosos, significado compartilhado e autoconsciência.

Braten³ aponta que o conceito de intersubjetividade tem emergido explícita e implicitamente como denominador comum de abordagens sobre engajamentos interpessoais na infância inicial, ao levar em conta uma discussão sobre as pos-

* Este artigo teve sua origem a partir da dissertação de mestrado intitulada "Atenção conjunta e intersubjetividade em crianças autista e com desenvolvimento típico: Um estudo longitudinal e um estudo comparativo", elaborada pela primeira autora e orientada pela segunda, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2005. susiengelhard@yahoo.com.br

sibilidades de compreensão por parte da criança acerca do universo privado (pensamentos e sentimentos) de outros. Este autor ressalta que intersubjetividade pode assumir três significados distintos: 1) como senso de “comunhão” ou coparticipação interpessoal³, estabelecido a partir do engajamento conjunto de pessoas, que mutuamente se ajustam e sintonizam expressões e estados afetivos; 2) como envolvendo comportamentos de atenção conjunta (sujeito-sujeito-objeto) e domínios compartilhados de conversação linguística⁴; e, 3) como compreensão da comunicação mediada por (meta) representações, possibilitando a realização de inferências sobre intenções, crenças e sentimentos alheios⁵, além de capacidade para imaginar, simular e “ler” estados mentais de outros.

Na década de 1970, observações de díades mãe-bebê mostraram que este último desde muito cedo é capaz de exibir engajamentos sociais com seus parceiros envolvendo a participação de expressões faciais. Esta descoberta impulsionou o desenvolvimento de pesquisas e a procura por uma teoria satisfatória acerca da mente infantil. É neste contexto que se destacam as contribuições de Colwyn Trevarthen³.

Trevarthen⁶ foi um dos primeiros pesquisadores a se dedicar a estudos que reportam como a intersubjetividade pode estar presente nos primeiros meses de vida do bebê. Este autor estudou como a comunicação entre mãe e bebê é estabelecida durante os seis primeiros meses de idade deste último. Ele observou que, já a partir dos dois meses, os bebês são capazes de exibir diferenças significativas quanto às respostas dadas a objetos e pessoas, exibindo diferentes comportamentos com base no corpo, mãos e face quando em presença de sorrisos e vocalizações de suas mães. Da mesma maneira, diferenças também foram observadas nas respostas oferecidas pelas mães aos seus bebês, parecendo haver um estilo de atividade mútua específico à díade.

Para chegar a esta discussão, Trevarthen⁷ considerou a importância dos estudos desenvolvidos inicialmente por Mary Catherine Bateson⁸ sobre protoconversações entre mães e bebês. Esta autora estudou bebês com idades entre sete e quinze semanas, na presença de suas mães, e

observou que os membros desta díade colaboravam entre si a partir de um padrão mais ou menos alternado de comunicação. As mães tendiam a falar sentenças breves com seus bebês, que lhes respondiam através de vocalizações. Juntos, estes parceiros pareciam apresentar um padrão de comunicação similar a uma conversação, a que a autora denominou de protoconversação.

Partindo destas contribuições, Trevarthen⁶ realizou análises minuciosas de registros em vídeo de díades mãe-bebê e observou que bebês recém-nascidos apresentavam comportamentos coerentes, manifestando movimentos expressivos de boca, mãos e olhos com ritmos específicos e em sintonia à fala materna. Tais análises contribuíram para que este autor argumentasse sobre a existência de uma ritmicidade intrínseca essencial na intercoordenação destas protoconversações. Ao invés de apenas constituírem respostas comportamentais aparentemente reflexas, as atividades de olhar mútuo e sorriso passaram a ser vistas como características deste processo, ao serem utilizadas para regular o contato interpessoal. Desta forma, já seria possível observar indícios de uma comunicação entre estes parceiros desde períodos precoces da vida do bebê.

Dentro deste contexto, Trevarthen⁶ observou que recém-nascidos saudáveis tendiam a responder com expressões e comportamentos a seus parceiros, os quais, por sua vez, também tendiam a atribuir significado a estes últimos em termos de intenções e sentimentos. Tal dinâmica comunicativa parece indicar que os adultos com os quais o bebê interage são capazes de fazer referência direta à existência de uma vida pessoal subjetiva em períodos precoces do desenvolvimento infantil.

Ao reunir evidências de pesquisas sobre o cérebro e de suas análises acerca de protoconversações estabelecidas por mães e seus bebês na idade de dois meses, este autor considera que estes últimos são dotados de um sistema cerebral que os capacita a apresentar sintonia responsiva em engajamentos regulados emocionalmente com outros. Esta capacidade inata para estabelecer engajamentos diádicos precoces foi por ele denominada de intersubjetividade primária.

O fundamento básico do qual o autor se

utiliza para caracterizar a existência de uma intersubjetividade precoce envolve a idéia de que existe intencionalidade coerente e consciência ativa na criança desde o seu nascimento. Assim, segundo ele, o bebê já nasce com uma capacidade socioemocional primária de participar afetivamente de engajamentos sociais recíprocos e de aprender através deles. Neste sentido, para que os bebês possam compartilhar estados mentais com outros parceiros é necessária a participação de duas habilidades. A primeira refere-se à capacidade de exibir aos outros algumas evidências, mesmo que rudimentares, de consciência e intencionalidade, identificadas como um atributo denominado subjetividade. A segunda envolve a necessidade dos bebês serem capazes de adaptar ou ajustar suas subjetividades às subjetividades de outros, demonstrando intersubjetividade.

Trevarthen⁶ compreende a intersubjetividade como envolvendo o reconhecimento e a coordenação de intenções presentes nas comunicações mãe-bebê. Para isto, seria necessária a ocorrência simultânea de duas atividades: a adoção de um foco compartilhado de atenção por ambos os parceiros, e uma concordância quanto à natureza da comunicação. Durante o período pré-linguístico de vida do bebê, a atividade de compartilhar dá-se de maneira inerente ao contexto de expressões afetivas das interações diádicas (intersubjetividade primária). Com isso, a intersubjetividade é vivida em termos de afetos presentes nas interações. Levar em conta tais atividades implica um reposicionamento sobre o modo de conceber a linguagem como única fonte para uma comunicação social.

A idéia da existência de uma intersubjetividade infantil envolve uma teoria sobre como as mentes humanas podem reconhecer intuitivamente significados e impulsos umas nas outras, com ou sem elaborações simbólicas ou cognitivas. Trevarthen⁷ observou alguns aspectos importantes que serviriam como base para formular e apoiar esta teoria da intersubjetividade infantil. Dentre estes aspectos, ele destacou os seguintes: com um mês de vida, bebês exibem padrões de comportamento diferentes em relação a objetos e pessoas. Com os objetos, os comportamentos tendem a ser de exploração e manipulação, en-

quanto com pessoas, parecem envolver reciprocidade e comunicação. Por volta dos dois ou três meses, expressões emocionais de ambos os parceiros podem acompanhar o estabelecimento de protoconversações. Nos primeiros seis meses de vida do bebê, este padrão de comunicação desenvolve-se, passando a apresentar características e expectativas de reciprocidade, o que não ocorre na relação com objetos. As emoções são utilizadas nestas trocas não como reguladoras propriamente do *self* infantil, mas como pistas para o contato interpessoal e relacionamento.

Após os seis meses de idade do bebê, começam a surgir evidências de comportamentos de compartilhar interesses, havendo a possibilidade de integração do mundo dos objetos com o mundo social (início de interações triádicas). Já por volta dos nove meses de idade, observa-se uma transformação. A díade mãe-bebê é capaz de incluir em suas interações um terceiro elemento (objeto, pessoa ou evento interessante no ambiente) em uma referência compartilhada, constituindo interações triádicas, a que Trevarthen e Hubble⁹ nomeiam de intersubjetividade secundária. Esta última parece ser crucial para o desenvolvimento de habilidade de atenção conjunta, interesse compartilhado e tarefas cooperativas.

Ao considerar a existência de uma intersubjetividade precoce em bebês, este argumento de Trevarthen⁷ encontrou rejeição e ceticismo inicial no campo científico ao divergir radicalmente das hipóteses tradicionais sobre egocentrismo propostas por Jean Piaget¹⁰. Na perspectiva de Trevarthen⁷, o termo intersubjetividade envolveria o bebê identificar o outro e a si mesmo como sujeitos da experiência o que, por sua vez, envolveria intencionalidade. Para o autor, os comportamentos observados na infância inicial marcariam uma capacidade inata para comunicação assumida nas trocas face-a-face entre mãe e bebê. Neste sentido, o que estaria em jogo não seria tanto questionar se o desenvolvimento infantil envolve aprendizagem ou dependência de cuidados, e sim, a idéia de que o bebê já nasce com competências que o capacitam a revelar e negociar intenções, emoções, experiências e significados estabelecidos nas relações com o outro.

De uma maneira geral, é possível argumentar que, apesar do bebê recém-nascido apresentar um repertório de capacidades limitado, ele parece vir ao mundo dotado de uma bagagem inata que lhe permite expressar uma sensibilidade social. Assim, algumas competências precoces relacionadas à atenção e discriminação encontram-se envolvidas neste processo e parecem capacitar o bebê a responder seletivamente aos eventos sociais¹¹.

Intersubjetividade e Interação Social: contribuições de algumas perspectivas contemporâneas

Os Diferentes Sentos de u e de outro

Stern¹² dedicou-se a investigar a existência de uma vida subjetiva em bebês, buscando compreender como estes vivenciam a si mesmos e aos outros, criando desde cedo um mundo interpessoal. Neste contexto, o autor formulou sua hipótese de uma experiência subjetiva de bebês, tentando articular as contribuições de dois campos distintos e por muito tempo separados: o das pesquisas experimentais sobre bebês e suas potencialidades, e o das inferências clínicas acerca da experiência subjetiva infantil.

Ao longo do desenvolvimento, o bebê pode experimentar mudanças significativas com relação às suas experiências subjetivas de eu e de outro. Segundo o autor¹², tais experiências subjetivas consistem em diferentes “sentos de eu”. Ele propõe que a idéia de senso de eu pode ser compreendida como uma forma de organização que pode inicialmente existir em formas pré-verbais, sem o envolvimento de consciência, mas que mais tarde será verbalmente identificada por “eu”.

Gradativamente, conforme novos comportamentos e capacidades vão sendo conquistados pelo bebê, seu repertório vai sendo reorganizado no sentido de formar outras experiências subjetivas organizadoras em relação ao eu e ao outro. É neste contexto que o autor argumenta que se dá o surgimento e desenvolvimento de novos sentos de eu.

Stern¹² alerta para o fato de que os diferentes sentos de eu ao longo do desenvolvimento

infantil não correspondem a fases que se superam ou que são mutuamente excludentes e sim, que coexistem como ativas por toda a vida humana. Neste sentido, descreve os seguintes sentos de eu: senso de eu emergente, senso de eu nuclear, senso de eu subjetivo e senso de eu verbal.

O senso de eu emergente é descrito como presente inicialmente no período que vai do nascimento até os dois meses de idade do bebê, em que não há uma confusão eu-outro ou um estado de indiferenciação. Para o autor, o bebê parece estar ativamente formando um senso de eu, vivenciando diferentes oportunidades de experiência, que ainda são sentidas como separadas e não relacionadas, havendo necessidade da realização de uma integração. Quando ocorre um encadeamento lógico entre suas experiências, ou ainda, quando elas passam a ser assimiladas ou conectadas de alguma forma, o bebê começa a ter a emergência de uma organização, que nada mais é, segundo Stern¹², do que uma forma de aprendizagem. Neste sentido, no período de zero a dois meses, os bebês não são passivos, mas estão intensamente engajados em experiências sensoriais que constituem oportunidades de aprendizagem importantes. Com isso, ocorre uma busca ativa e gradual de ordenação dos elementos de suas experiências relacionadas tanto ao eu quanto ao outro. Estas últimas, quando integradas, irão conduzir a uma organização subjetiva nova, denominada senso de eu nuclear.

O senso de eu nuclear é descrito por Stern¹² como estando presente inicialmente no período de dois a seis meses de vida do bebê. Para ele, em contraste com algumas perspectivas que consideram o bebê em um estado de indiferenciação eu-outro¹³, neste período o bebê experimenta o seu corpo como uma entidade física, separada, intencional e dotada de vida afetiva e história própria. Além disso, os bebês estão ativamente envolvidos com a criação de um mundo interpessoal ao se mostrarem interessados e engajados em interações sociais.

Neste sentido, os bebês possuem a experiência subjetiva de se sentirem separados fisicamente de suas mães, ambos como agentes diferentes e com experiências afetivas distintas. As experiências subjetivas organizadoras de um

senso de eu nuclear referem-se à auto-agência (sentir-se como autor de suas ações e não-autor das ações alheias, controle de suas ações e expectativa de conseqüências acerca das mesmas); auto coerência (senso de ser um todo físico, não fragmentado e como ponto de ação integrada, movendo-se ou imóvel); auto-afetividade (vivenciar qualidades internas afetivas com base em suas experiências) e auto-história (senso de continuidade de si, apesar das mudanças que possam ocorrer, além de identificação de regularidades no curso de eventos).

Tais experiências subjetivas organizadoras são resultantes do contato do bebê com o outro. Neste período, diante da presença deste último é comum o bebê se engajar em algumas atividades, como o brincar de “esconde-esconde” ou “eu vou te pegar”. Durante estas atividades, são vários os estados experimentados pelo bebê: excitação, suspense, alegria, prazer, medo, dentre outros. Em ciclos repetitivos, as características e modulações destas brincadeiras dirigidas pelo outro ao bebê oferecem a este último experiências particulares de intensidade de afeto que podem ser reguladas pelo parceiro. Assim, a partir da mediação interativa com o outro, o bebê pode ter a sua atenção, curiosidade e engajamento cognitivo regulados, o que significa considerar que suas auto-experiências são dependentes deste contato social.

Entre os sete e nove meses de idade, Stern¹² aponta que algo novo parece acontecer. Os bebês parecem “descobrir” que suas experiências subjetivas particulares podem ser compartilhadas com o outro, seja em termos de intencionalidade (querer algo) ou afetividade (sentir algo), embora ainda sem um envolvimento de consciência. Para que isso seja possível, o autor ressalta que os bebês precisam realizar uma conquista cognitiva importante: a idéia de que, assim como eles, outras pessoas possuem mentes distintas e separadas. O eu e o outro deixam de ser puramente sentidos como entidades físicas distintas (nucleares) para incluir estados mentais subjetivos. Assim, ambos podem ser compreendidos como tendo afetos e intenções que orientam seus comportamentos.

Surge, portanto, uma nova forma de organização denominada senso de eu subjetivo, com base na qual o bebê encontra oportunidade de

relacionar-se intersubjetivamente, ou seja, apresentar intersubjetividade. Stern¹² pontua que somente neste período a intersubjetividade faz-se possível, entendendo-a como uma capacidade para interpretar, combinar, comparar e sintonizar com os estados mentais de outra pessoa. Ao perceber que os outros podem ter uma mente distinta da sua, mas com estados mentais potencialmente semelhantes aos seus, o bebê pode atingir a possibilidade de comunicar isto sem palavras, compartilhando suas experiências subjetivas por meio de gestos, postura ou expressões faciais.

A idéia de um relacionar-se intersubjetivo de Stern¹² aproxima-se da idéia de intersubjetividade secundária proposta por Trevarthen e Hubley⁹ na medida em que as experiências subjetivas a serem compartilhadas envolvem um contexto triádico relacionado a um evento, pessoa ou objeto. Ao não implicar necessariamente a participação da linguagem, este novo senso de eu apóia-se em algumas competências específicas como compartilhar o foco de atenção, compartilhar intenções e estados afetivos, dentre outras.

Mais tarde, em torno dos quinze a dezoito meses de idade, o bebê começa a experimentar uma nova forma de organização subjetiva. Trata-se do senso de eu verbal. Este último é caracterizado por uma mudança importante: o bebê passa a comunicar toda a sua bagagem de experiências e conhecimentos acumulados ao longo de seu desenvolvimento de uma maneira mais objetivada, ou seja, através do uso da linguagem. Deste modo, a partir do desenvolvimento da capacidade de representação por símbolos, significados agora podem ser comunicados, negociados e compartilhados de outra maneira. Neste cenário, o brinqueado simbólico, a capacidade de tomar o eu como objeto de reflexão e a possibilidade de realizar narrativas pessoais tornam-se possíveis, marcando uma forma de relacionar-se com o outro e com a cultura a partir de uma natureza verbal.

É interessante notar que Stern¹² apresenta em suas formulações teóricas a idéia de que, desde períodos precoces do desenvolvimento infantil, o bebê está longe de se ver envolvido em um processo de discriminação e indissociação eu-outro. Para ilustrar seus argumentos, o autor se

utiliza inclusive das contribuições da literatura acerca das competências iniciais de recém-nascidos. Com base neste repertório de potencialidades precoces, o autor destaca a importância da sensibilidade e engajamento humanos em trocas sociais, por meio das quais o bebê gradativamente vai realizando conquistas cognitivas e afetivas, capazes de conduzi-lo a novas e mais complexas formas de organização subjetiva eu-mundo. Apesar destas considerações, Stern¹² distancia-se em parte dos argumentos de Trevarthen⁷ não somente ao considerar que os bebês não apresentam consciência e intencionalidade inatas, como também que os mesmos só são capazes de apresentar intersubjetividade bem mais tardiamente (por volta dos nove meses), cujas características corresponderiam à intersubjetividade secundária⁹.

Cognição Social e os Vários Níveis de Intersubjetividade

Rochat e Striano¹⁴ buscaram considerar as contribuições de vários estudos acerca das competências iniciais infantis, argumentando que os bebês humanos são criaturas sociais desde seu nascimento. Ao pensarem no processo de desenvolvimento das habilidades sociais infantis, os autores partem da pressuposição básica de que a criança precisa apresentar comportamentos que minimamente esbocem a emergência e o desenvolvimento da compreensão de pessoas, e não somente o desenvolvimento de seu conhecimento sobre o mundo físico. Quando esta pressuposição é assumida, tem-se como consequência a idéia de que pessoas são mais complexas do que objetos, e que o desenvolvimento de um conhecimento social deverá estar baseado em processos específicos que refletem tal complexidade.

Estes autores argumentam que a noção de alguns princípios físicos (por exemplo: o fato de um objeto ter massa, ocupar lugar no espaço e não poder estar em dois lugares ao mesmo tempo) já parece estar presente nos primórdios do desenvolvimento infantil, apesar de bebês com idades variando entre dois a quatro meses de vida apresentarem limitações sobre suas possibilidades de atuação e exploração de objetos por conta de

uma gama ainda muito restrita de capacidades como olhar, sugar, chorar, tocar e ouvir.

Para Rochat e Striano¹⁴ este conhecimento de natureza física envolve uma obediência a leis, organização e regularidades, não encontrando necessariamente correspondência com um conhecimento de natureza social. Assim, a compreensão de pessoas (conhecimento do mundo social) envolve um processo mais sofisticado se comparado ao conhecimento sobre o mundo físico. Os modos desenvolvidos pelo bebê para adquirir um conhecimento sobre pessoas não se reduzem aos mesmos utilizados para alcançar um conhecimento sobre o mundo físico. Este processo especial que envolve a busca pelo conhecimento ou entendimento acerca do mundo social recebe o nome de cognição social.

A cognição social envolve a compreensão de um universo privado acerca do outro; uma sensibilidade em perceber, identificar e até responder a emoções, afetos, intenções e comportamentos. Estes autores ressaltam que a forma como as crianças desenvolvem uma compreensão social não se restringe apenas à observação isolada do comportamento de outras pessoas ou mantendo-se à parte das trocas sociais estabelecidas por elas. Essa cognição social desenvolve-se através do engajamento em trocas sociais, onde experiências podem ser compartilhadas através de reciprocidade¹⁴.

Deste modo, a cognição social está relacionada a um processo mais amplo através do qual indivíduos, a partir de interações sociais e reciprocidade, desenvolvem habilidades de monitorar, controlar e prever o comportamento de seus parceiros sociais. Com base nestes argumentos, tais autores consideram que é justamente a intersubjetividade que capta o sentido de experiência compartilhada que emerge da reciprocidade, concebendo-a como uma capacidade a partir da qual experiências internas ou mentais podem ser percebidas como passíveis de serem compartilhadas.

A noção de intersubjetividade parece pressupor ainda a idéia de uma diferenciação entre o *self* e o outro, onde atividades de comparar ou projetar experiências privadas sobre as experimentadas por terceiros tornam-se possíveis. Pode-

se, a partir desta pressuposição, realizar a seguinte indagação: De que maneira os bebês começam a relacionar sua experiência privada à experiência privada de outras pessoas?

De acordo com os argumentos de Rochat e Striano¹⁴, este início da cognição social seria possível a partir da intersubjetividade. Ao considerarem a possibilidade de uma vida subjetiva presente em bebês desde a mais tenra idade, os autores apontam que a intersubjetividade é justamente aquilo que emerge e se desenvolve a partir das primeiras trocas sociais, onde sentimentos, afetos e emoções podem ser compartilhados.

Seguindo este raciocínio, as interações com pessoas passam a ser vistas como o modo pelo qual a intersubjetividade se desenvolve, já que é através destas trocas sociais que estados internos ou mentais de um parceiro podem ser comunicados, compartilhados e “ecoados” nos do outro, especialmente quando há um engajamento conjunto do foco de atenção sobre uma pessoa, objeto ou evento específico no ambiente. São justamente as repercussões (“ecos”) destes estados comunicados pelo parceiro que tornam possível ao bebê confrontar e relacionar as experiências que possui de seu mundo privado com as do mundo alheio.

O bebê parece, então, desde muito cedo, ser um participante ativo de um processo de comunicação inicialmente facilitado por jogos de interação face-a-face com sua mãe. Durante as suas primeiras semanas de vida, o bebê já pode apresentar uma forma primitiva de intersubjetividade, apoiada inicialmente em um repertório ainda limitado e restrito de atividades, como o olhar e o tocar. É ao longo do processo de desenvolvimento da criança que a intersubjetividade vai assumindo formas cada vez mais complexas em interações, uma vez que a bagagem de competências do bebê vai se ampliando, passando a incluir a capacidade de focalizar a atenção ao outro, aos objetos e eventos presentes no meio.

Com esses pressupostos, Rochat e Striano¹⁴ apresentam vários níveis de intersubjetividade e condutas associadas, os quais denominam respectivamente como período atencional, período contemplativo e período intencional.

O período atencional corresponde às seis primeiras semanas vividas pelo bebê após seu nas-

cimento, havendo a manifestação de uma sensibilidade inata para estímulos sociais e certa sintonia social, mas sem características explícitas de intersubjetividade. Embora possam apresentar indícios de uma diferenciação ainda rudimentar e limitada entre o *self* e o ambiente, bebês neste período não apresentam evidências explícitas de consciência de si e de outros.

O período contemplativo está presente a partir do segundo mês de vida, momento em que os primeiros sinais de experiência compartilhada começam a ser esboçados. Neste período pode ser caracterizada uma intersubjetividade primária, tal como Trevarthen e Hubley⁹ definiram, onde o bebê, ao interagir com a mãe, começa a apresentar indícios de uma capacidade de orientar sua atenção para o rosto dela e atender às suas solicitações. Tais atividades observadas inicialmente em um contexto diádico de interações precoces ilustram a chamada “revolução do segundo mês” na qual se dá a emergência de um senso de experiência compartilhada (identificada aqui como sendo o próprio conceito de intersubjetividade) e o início de uma reciprocidade mais explícita com outros, configurando uma transição importante no desenvolvimento cognitivo social. Este momento caracteriza ainda o surgimento de um tipo de sorriso diferente daquele com qualidades reflexas exibido por recém-nascidos. Trata-se do sorriso social, cuja fonte de desencadeamento ou motivação é externa ao bebê e passa a ser dirigido por ele a pessoas ou eventos específicos no ambiente.

A intersubjetividade primária, que se apresenta inicialmente em um contexto diádico, sofre mudanças gradativas no decorrer do desenvolvimento do bebê, de modo que em torno dos quatro meses de vida começam a surgir as primeiras condutas que irão contribuir para a futura emergência de uma intersubjetividade secundária, havendo maior participação em jogos e trocas mediadas por objetos.

Com relação ao início do período intencional, este transcorre a partir dos nove meses de idade e pode ser caracterizado por uma maior sofisticação da capacidade do bebê em interagir de maneira recíproca com seus parceiros e compartilhar com eles suas experiências. As interações triádicas (pessoa-pessoa-objeto) ganham destaque,

uma vez que o bebê apresenta capacidade de dirigir seu foco de atenção para pessoas e objetos, podendo coordenar ou monitorar o foco de atenção de seus parceiros em relação a estes últimos.

O desenvolvimento da intersubjetividade parece ser importante para o surgimento gradativo de uma compreensão acerca das intenções e crenças que orientam comportamentos de outras pessoas, permitindo que estes últimos possam ser monitorados ou preditos em algum nível. Neste sentido, a capacidade da criança em se colocar na perspectiva do outro e predizer qual seria sua ação, sentimento ou reação possivelmente experimentados em determinada situação constitui uma tarefa necessária para a aquisição de uma teoria da mente, a qual se torna mais explícita a partir dos três anos de idade.

Integrando Diferentes Perspectivas Teóricas: intersubjetividade e desenvolvimento infantil

Diante da discussão até o momento apresentada, pode-se indagar: Como a criança chega à intersubjetividade? Esta pergunta levantaria diferentes respostas entre os autores abordados.

Para Trevarthen⁷, o bebê teria uma capacidade inata para comunicação em trocas sociais, de modo que desde o seu nascimento já apresentaria subjetividade, entendida pelo autor em termos de consciência e intencionalidade. A partir de trocas sociais inicialmente diádicas e posteriormente triádicas, o bebê também poderia regular sua subjetividade às subjetividades de seus parceiros de maneira a apresentar precocemente intersubjetividade. Em um primeiro momento, esta última envolveria o reconhecimento e a coordenação de intenções nas trocas mãe-bebês, experimentadas em termos de afeto e reciprocidade e, em um segundo momento, por volta dos oito ou nove meses, a coordenação da atenção e intenção em trocas triádicas (mãe-bebê-objeto).

Stern¹², por sua vez, não considera inata a capacidade subjetiva de consciência e intencionalidade. Ao contrário, refere um processo gradual em que as experiências subjetivas vão sendo organizadas, constituindo diferentes sentidos de eu-outro com base em aprendizagens e processos interativos. Inicialmente, não haveria intersubjetividade. Esta é identificada pelo autor como possível apenas por volta dos sete a nove meses de idade, momento em que o bebê começa a desenvolver o senso de eu subjetivo, quando finalmente subjetividade e intersubjetividade são atingidas, embora sem um envolvimento de consciência.

Rochat e Striano¹⁴ enfatizam o papel das interações iniciais para o surgimento e desenvolvimento da intersubjetividade infantil. Diferentemente da perspectiva de Trevarthen¹⁵ e aproximando-se um pouco das primeiras impressões de Stern¹², estes autores não consideram consciência e intencionalidade como qualidades inatas, assim como a intersubjetividade. Apontam que, embora esta última possa existir em algum nível implícito ou rudimentar, não há evidências suficientes para considerá-la como estando seguramente presente desde o nascimento. Por outro lado, os argumentos de Rochat e Striano¹⁴ aproximam-se das colocações de Trevarthen¹⁵ e se afastam das formulações teóricas de Stern¹² no que se refere à aceitação da existência de uma intersubjetividade primária, manifesta por volta dos dois meses de idade em trocas sociais diádicas. A seguir, é apresentada a Tabela 1 que esboça as três perspectivas discutidas de modo comparativo. De um modo geral, as diferentes perspectivas apresentam uma discussão alternativa para a compreensão do modo como gradativamente os bebês vão alternando a distribuição da sua atenção entre o mundo físico e o mundo social, de modo a desenvolverem competências relacionadas a um contexto triádico.

Tabela 1 - Diferentes Perspectivas Ontogenéticas sobre Intersubjetividade

Autores	Períodos do desenvolvimento infantil		
	<i>Nascimento</i>	<i>2 meses</i>	<i>8/9meses</i>
Trevarthen (1974;1978)	Capacidade inata para intersubjetividade	Intersubjetividade primária	Intersubjetividade secundária
Stern (1992)	Sem evidências de intersubjetividade inicial; Senso de eu emergente	Não faz referência à intersubjetividade; Senso de eu nuclear	Intersubjetividade secundária; Relacionar-se intersubjetivo; Senso de eu subjetivo
Rochat e Striano (1999)	Intersubjetividade ainda não explícita; Período atencional	Intersubjetividade primária; Período contemplativo	Intersubjetividade secundária; Período intencional

Stern¹² hipotetiza que a intersubjetividade pode ser atingida a partir da contribuição simultânea de diferentes fatores: aquisições gradativas de diversas potencialidades do bebê ao longo de seu desenvolvimento, seu engajamento em trocas sociais significativas e desenvolvimento de vínculos afetivos e de apego. Estes últimos seriam vistos como recursos de uma natureza humana predominantemente social, capazes de garantir a sobrevivência da espécie.

Tais argumentos se assemelham às hipóteses de Rochat¹⁶. Para este autor, os bebês recém-nascidos apresentam um conjunto de competências que os tornam de algum modo sensíveis ao universo social, parecendo nascerem preparados para prestar atenção a pessoas. Tal bagagem inata é percebida e estimulada pelos adultos cuidadores com os quais o bebê interage. Estas interações precoces, em geral de natureza face-a-face, passam por transformações ainda no primeiro ano de vida do bebê. Isto porque os bebês, conforme vão realizando algumas conquistas relativas a habilidades sensoriais, perceptivas e motoras, passam a deslocar o seu foco de atenção (inicialmente voltado a seus parceiros) para os objetos e eventos presentes no ambiente. Assim, ao invés de só atentarem para seus cuidadores, os bebês expandem o mundo sobre o qual prestam atenção, podendo manipular e agir sobre os objetos.

Embora haja um aumento de interesse pelo mundo físico, os bebês não se tornam alheios ao mundo social, mantendo comportamentos responsivos e de reciprocidade com seus parceiros. Tal fato é identificado em um estudo descrito por Rochat¹⁶ no qual foi observado que bebês com quatro meses de idade tendem a apresentar uma diminuição quanto ao número de episódios em que estabelecem contatos oculares de longa duração com seus cuidadores, passando a utilizar olhares rápidos e alternados entre estes parceiros e os objetos do meio como forma de distribuir a atenção.

Esta alternância do foco de atenção do bebê entre objeto e parceiro social parece se dar como uma tentativa de monitorar a proximidade relativa a pessoas. Neste sentido, pode-se pensar como se dá o processo de transição da intersubjetividade primária à secundária. A proximidade social tão evidente na intersubjetividade primária carac-

teriza um aspecto essencial de dependência do bebê em relação ao outro para a sua sobrevivência. No entanto, esta mesma sobrevivência depende de que o bebê seja capaz de atingir conquistas sensoriais e motoras, a fim de garantir maiores possibilidades de locomoção e exploração no ambiente. Este fato marcaria uma contradição, porque conseqüentemente envolveria um afastamento do bebê em relação ao adulto.

Curiosamente relacionado a este processo, Rochat¹⁶ chama a atenção para a existência de um vínculo afetivo de exclusividade entre o bebê e os seus cuidadores em torno dos oito meses de idade, ou seja, em um período anterior ao estabelecimento deste contexto triádico explícito que caracteriza uma intersubjetividade secundária. Tal comportamento de apego poderia ser interpretado como uma condição necessária para o bebê da espécie humana desenvolver uma capacidade de coordenação entre sua atenção voltada ao mundo social (cuidadores) e ao mundo físico (objetos) através do desenvolvimento de comportamentos de atenção conjunta, a partir dos quais podem ser estabelecidos episódios de cooperação e engajamento compartilhado. Ao desenvolver tais comportamentos, os bebês teriam maiores chances de sobrevivência, na medida em que a proximidade do outro ofereceria uma oportunidade do mundo lhe ser gradativamente apresentado, garantindo maior segurança e proteção nestas tentativas de exploração.

Rochat¹⁶ hipotetiza, então, que parece estar presente uma solução adaptativa, caracterizada pela capacidade do bebê em desenvolver um conjunto de comportamentos que permitem a ele gradativamente integrar os seus parceiros sociais a seus interesses de exploração dos objetos. Isto caracterizaria um contexto triádico, onde comportamentos de atenção conjunta podem ser utilizados (por exemplo: seguir o olhar, apontar ou utilizar o outro como referência social).

Os próprios adultos com os quais o bebê interage são ativos neste processo, ao apresentarem o meio como algo interessante e seguro para o bebê, através de gestos como o mostrar ou apontar para alguns objetos ou eventos presentes no ambiente. Assim, ao desenvolverem uma intersubjetividade secundária, os bebês parecem

exibir um conjunto de comportamentos que indicam uma capacidade, mesmo que rudimentar, de sintonizar com o foco de atenção do outro ou de fazê-lo sintonizar com o seu próprio no estabelecimento de interações triádicas.

A busca por uma correspondência entre experiências privadas e as dos outros parceiros parece ser a base para o desenvolvimento de uma cognição social, onde levar em conta a perspectiva do outro e coordená-la com a sua própria parece ser possibilitada apenas com o desenvolvimento da intersubjetividade. Assim, no contexto de trocas sociais triádicas, são expressões ou evidências de intersubjetividade alguns comportamentos específicos, tais como: foco de atenção compartilhado entre mãe e bebê, atividades de mostrar algum objeto ou pessoa, apontar, imitar, dentre outros. É esta gama de comportamentos que se considera como atenção conjunta⁴. A emergência e o desenvolvimento de comportamentos desta natureza estão intimamente relacionados ao processo pelo qual os bebês atingem uma intersubjetividade secundária.

Após esta tentativa de discussão e integração entre as diferentes perspectivas apresentadas,

pode-se argumentar que, se por um lado as hipóteses sobre a origem da intersubjetividade divergem, por outro há um consenso básico: sendo inata ou não, a intersubjetividade envolve um processo que somente se desenvolve e se complexifica se houver um contexto de troca com outro. Deste modo, ao mesmo tempo em que a intersubjetividade é dependente do contato social, ela também o fundamenta, permitindo que os parceiros possam mutuamente ajustar suas ações comunicativas em algum nível. É esta característica de sensibilidade social evidenciada pela intersubjetividade que permite uma maior compreensão do estabelecimento e desenvolvimento de outros processos, tais como interação social, afetividade e comunicação entre os parceiros. Apesar da relevância deste tema, tem-se observado que a intersubjetividade tem sido abordada mais amplamente apenas como um constructo teórico, tornando-se um desafio para os pesquisadores em psicologia do desenvolvimento investigá-la empiricamente, especialmente no decorrer dos primeiros meses de vida dos bebês. Há, portanto, a necessidade de que estudos empíricos sobre o tema possam ser realizados e, em particular, de estudos brasileiros.

Abstract: The intersubjectivity concept has been approached according to different interpretations in Psychology. The aim of this article is to present some theoretical bases pertaining to this concept, pointing out how its use has been treated by early child development studies in the last decades. We discuss and compare different theoretical perspectives that approach the function of intersubjectivity and of social interaction in child development. These perspectives may contribute to a conception of intersubjectivity as an inherent aspect in basic processes that involve reciprocity, such as early communication, social interaction, and affectivity.

Keywords: Intersubjectivity. Social interaction. Early child development.

REFERÊNCIAS

1. Pentead JRW. A técnica da comunicação humana. São Paulo: Pioneira; 1993.
2. Jopling D. Cognitive science, other minds and the philosophy of dialogue. In: Neisser U, editor. The perceived self. New York: Cambridge University Press; 1993. p.290-309.
3. Braten S. Introduction. In: Braten S, editor. Intersubjectivity communication and emotion in early ontogeny. Cambridge: Cambridge University Press; 1998. p.01-12.
4. Tomasello M. Social cognition before the revolution. In: Rochat P, editor. Early social cognition: understanding others in the first months of life. New Jersey: Lawrence Erlbaum; 1999. p.301-14.
5. Gopnik A, Meltzoff A. Imitation, cultural learning and the origins of "theory of mind". Commentary. Behavioral and Brain Sciences 1993; 16: 521-3.
6. Trevarthen C. Conversations with a two-month-old. New Scientist 1974; 2: 230-5.
7. Trevarthen, C. The concept of foundations of

- infant intersubjectivity. In: Braten S, editor. Intersubjectivity communication and emotion in early ontogeny. Cambridge: Cambridge University Press; 1998. p.15-46.
8. Bateson MC. The interpersonal context of infant vocalization. Quarterly Progress Report of the Research Laboratory of Electronics 1971; 100: 170-6.
 9. Trevarthen C, Hubley P. Secondary intersubjectivity: confidence, confiding and acts of meaning in the first year. In: Lock A, editor. Action, gesture and symbol: the emergence of language. London: Academic Press; 1978. p.183-229.
 10. Piaget J. The first year of life of the child. In: Gruber HE, Vonèche JJ, editors. The essential Piaget: an interpretive reference and guide. Northvale/London: Jason Aronson; 1996. p.199-214. (original publicado em 1927/1928).
 11. Seidl de Moura ML, Ribas AFP. Evidências sobre características de bebês recém-nascidos: um convite a reflexões teóricas. In: Seidl de Moura ML, editor. O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004. p.21-59.
 12. Stern D. O mundo interpessoal do bebê. Porto Alegre: Artes Médicas; 1992.
 13. Mahler M. As psicoses infantis e outros estudos. Porto Alegre: Artes Médicas; 1983.
 14. Rochat P, Striano T. Social-cognitive development in the first year. In: Rochat P, editor. Early social cognition: understanding others in the first months of life. Mahwah, New Jersey & London: Lawrence Erlbaum; 1999. p.03-34.
 15. Trevarthen C. Modes of perceiving and modes of acting. In: Pick JH, editor. Psychological modes of perceiving and processing information. New Jersey: Erlbaum; 1978. p.99-136.
 16. Rochat P. The infant's world. Cambridge: Harvard University Press; 1991.

Recebido em 18/12/2006
Aprovado em 18/04/2007